

1 8 7 9 5



5 603199 000599

o professor

A GÉNESE DO NÚMERO NAS CRIANÇAS

ENSINO DAS LINGUAS ESTRANGEIRAS
E PSICANÁLISE

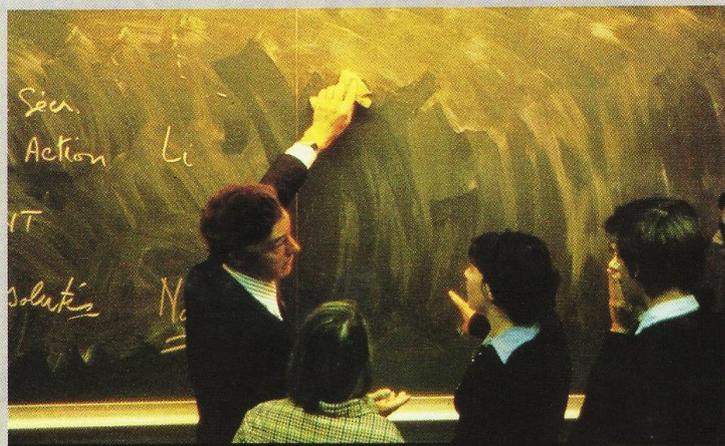
CLUBES DE IMPRENSA, QUE FUTURO?

AS RELAÇÕES E AS INTERACÇÕES
NO JARDIM-DE-INFÂNCIA

«BOM DIA, BIBLIOTECA»
OU «O LER E O CONTAR ESTÃO NO COMEÇAR»

JULHO/AGOSTO 1995 • III SÉRIE • REVISTA BIMESTRAL • 800\$00 (IVA INCLUIDO)

45



Directora: Manuela Esteves

Conselho de Redacção: Ângela Rodrigues, Corália M. Pinto, Florbela Moura, F. Cabral Pinto, Manuel Matos, Maria de Lurdes Silva.

Conselho Consultivo: Aires Dinis, Alfredo Reis, Alice Alves, Ana Carita, Ana Margarida Cruz, Deolinda Araújo, Dulce Rebelo, Eduardo Vasconcelos, Elisabete Oliveira, Eugénia Correia, Fátima Antunes, Hélder Pacheco, Inês Borges Reis, Lurdes Fidalgo, Maria José Vitorino, Maria Júlia Jaleco, Paulo Sucena, Rogério Fernandes.

Design gráfico: Álvaro Santos

Composição e revisão: Editorial Caminho, SA

Redacção: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A — 1150 Lisboa

Telef. 815 35 11, 815 34 87. Fax: 815 34 95

R. Fernandes Tomás, 55-A — Coimbra — R. Augusto Luso, 68 — Porto

Publicidade: Fátima Alves, Av. Almirante Reis, 90 - 7.º A — 1150 Lisboa

Telef.: 815 35 11, 815 34 87 — Fax: 815 34 95

Propriedade: Editorial Caminho, SA

Sede e Administração: Alameda St.º António dos Capuchos, 6 B — 1150 Lisboa

Cap. Social: 120 000 000\$00 — CRCL matric. 48942 — IPC n.º 500 439 214

Depósito legal: 210/88

ISSN 0870-841X

Impressão: SMAG, Silva Miguel Artes Gráficas, Ltd. — Rua do Sol, 14

Catujal — 2685 Sacavém.

Distribuição: Deltapress (Lisboa) — Tapada Nova, Capa Rota — Linhó, 2710

Sintra. Telef.: (01) 924 04 47. **Delegação Norte:** Zona Industrial da Maia, Sector IX,

Rua B, lote 227, 4470 Maia. Telef.: (02) 941 76 70.

Tabelas de Assinaturas: (1 Ano — 6 números) IVA e portes incluídos

Portugal e Regiões Autónomas: 3.840\$00 (assin. individual);

4.560\$00 (entidades colectivas)

Macau, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe: 5.880\$00. Espanha: 4.476\$00

Resto da Europa: 5.760\$00. Fora da Europa: 7.200\$00

Remeta cheque à ordem de **Editorial Caminho, SA**, para:

Alameda S.º António dos Capuchos, 6 B — 1150 Lisboa

Os artigos assinados são da responsabilidade dos autores. A reprodução em parte ou no todo de trabalhos publicados em O PROFESSOR só é permitida mediante autorização da direcção da revista.

Aos colaboradores:

1. Os originais destinados a publicação deverão ser dactilografados a 2 espaços, páginas A4, com 25 linhas a 60 batidas; 2. Sempre que possível, agradece-se o envio dos textos em disquete; 3. As eventuais notas serão numeradas progressivamente agrupadas no fim do texto; 4. As citações bibliográficas devem incluir, no mínimo, nome do autor, data de publicação e título da obra; 5. É recomendável que os autores subdividam os textos com subtítulos. Podem também indicar frases (uma por cada sete páginas dactilografadas) a destacar no texto, mas a sua inclusão destacada dependerá da paginação da revista; 6. Sempre que o artigo exceda 30 páginas dactilografadas deve o autor indicar onde é possível partir o texto, para que possa eventualmente ser publicado em dois ou mais números sucessivos da revista; 7. Solicita-se que os gráficos, em formato não menor que A5, venham clara e correctamente desenhados a tinta negra, facilmente legível, um em cada página, numerados consoante a sua inclusão no texto e agrupados no fim do artigo. Os gráficos executados em computador deverão preferencialmente ser incluídos em disquete; 8. Os autores podem enviar ilustrações ou fotos (preferencialmente a preto e branco) para os seus artigos, desde que estas possuam boa qualidade para reprodução, devendo indicar o nome do autor, título, data, obra de que foi retirada, data de publicação, etc., ou referir que é, eventualmente, trabalho do próprio autor do artigo. A Redacção declina a responsabilidade inerente a «direitos de autor» sobre reprodução de ilustrações e/ou fotos nos autores dos artigos de quem recebe, de boa fé, os elementos para publicação; 9. A revista não se responsabiliza pela devolução de originais e/ou fotos, mesmo que solicitados.

s u m á r i o

Editorial 2

e s t u d o s

Para uma (re)leitura de Fernando Namora 3
Margarida Macedo Silva

Psicanálise e línguas estrangeiras 6
Richard Hinkel

i n v e s t i g a ç ã o

A gênese do número em crianças ouvintes e não ouvintes 20
Maria Albertina Capa

r e f l e x ã o

As relações e as interações no jardim-de-infância 35
Dulce Rebelo

Círculos de estudos e autonomia 39
José Pacheco

Novos portugueses para um novo Portugal 41
Octávio dos Santos

"Futura" da política educativa 43
Luís Cesariny Calafate

Clube de Imprensa, que futuro? 48
Fernanda da Conceição Monteiro de Campos

e x p e r i ê n c i a s

A oficina de ideias e o património cultural 63
Elisabete S. Oliveira

«Bom dia biblioteca» ou «o ler e o contar estão no começar [...]»... 71
Maria de Lourdes Soares

p r o f e s s o r e s c r i t o r

Aventuras da pena 76
Entrevista com o Prof. Albano Estrela

Recursos didácticos 79

“FUTURO” DA POLÍTICA EDUCATIVA

PARA UMA “NOVA” CULTURA
DE EDUCAÇÃO.

Luís Cesariny Calafate
Docente universitário

O aparecimento de fenómenos de escassez, a instabilidade geral no plano socio-económico, laboral e a existência de ideias demasiado divergentes quanto a uma política de educação a seguir constituem elementos que minam o actual consenso em que assenta o sistema de ensino do nosso País.

De facto, a sociedade portuguesa atravessa um período de crise profunda caracterizado pelo agravamento dos problemas, uma certa desilusão em relação às instituições político-administrativas vigentes e uma perda de confiança nalgumas das actuais soluções políticas, sociais e económicas pela parte de altos responsáveis do Governo.

Durante as últimas décadas, o sis-

tema educativo tem sido o centro de acesas e intensas discussões políticas e sociais que têm ocorrido no nosso País. Estes debates dirigem-se a quase todas as facetas da estrutura do sistema educativo e às suas relações com outras instituições. Não é por acaso que após as declarações da actual Ministra da Educação, antes de partir para férias, o sistema educativo parece estar, mais uma vez, à beira de um colapso total.

Por exemplo, voltou-se à estaca zero em muitas estratégias, já em andamento, sem um esclarecimento prévio e convincente quanto às novas tomadas de decisão. O Ministério da Educação parece pretender reduzir a cinzas o interessante e inovador Projecto da Área-Escola e o

próprio Projecto de Reforma do Ensino. Estaremos nós perante uma política tipo varinha de condão para a solução dos complexos problemas que incessantemente atormentam o campo da educação? Também não é por acaso que desde que o PSD ocupa o Poder já tivemos cinco Ministros da Educação. Qual é a Reforma de Ensino possível nesta instável dança das cadeiras e perante as declarações e acções contraditórias dos sucessivos responsáveis máximos da tutela da Educação?

Houve períodos em que o Sistema Educativo esteve abalado e, depois, se restabeleceu. A crise actual apresenta oportunidades e impõe responsabilidades desde os órgãos de tutela máxima, que são quem ainda determina, de uma forma centralizadora, o “Futuro” da Política Educativa, até aos professores, ao pessoal não docente, aos encarregados de educação e, até mesmo, aos alunos.

A história mostra-nos que os períodos de transição e de transformação, durante os momentos cíclicos de crise política, económica e social, comportam uma série de etapas. À insegurança perante os novos desafios e à angústia instalada perante a incapacidade de resolver os problemas fundamentais, segue-se um regresso às origens para uma nova definição dos problemas do presente com o vocabulário do passado. Em seguida a procuram-se novos modelos de compreensão, novos valores e novas estruturas institucionais. A saída da crise depende da capacidade de cada sociedade para entender os fenómenos e os obstáculos e de dar provas de imaginação ao projectar o seu futuro através de “visões” estratégicas que identifiquem o modo como deve ocorrer o seu desenvolvimento.

Durante os períodos de rotura social, a missão histórica do ensino,

que consiste em transmitir o melhor da cultura e em preservar a continuidade das instituições sociais, corre o risco de se tornar acessório aos olhos de muitos responsáveis pelo poder político.

Se todos concordamos que já não é possível abordar as reformas educativas de um modo fragmentário como é possível então desenvolver uma política de ensino coerente se, só nestes últimos três anos, discentes e docentes já vão no terceiro Ministro da Educação? Francamente, pela parte que me toca, como Pai e como profissional do ensino, nunca ficou claro qual era a política educativa de cada um dos dois últimos Ministros da Educação durante a sua episódica passagem pela tutela do sistema educativo português. Infelizmente, as dúvidas ainda persistem quanto à actual Ministra da Educação. O "Futuro" da Política de Educação não poderá continuar condicionada por princípios de curto-prazo como até agora se tem verificado apesar das maiorias estáveis...

* * *

Todos os responsáveis de uma política educativa, durante as suas tomadas de decisão, acabam por se vêr confrontados com uma "lógica do mercado" e com uma "lógica social". É necessário esclarecer, perante os cidadãos deste país, as grandes orientações possíveis de uma política educativa que se traduz em escolhas e em decisões fundamentais relacionadas com a estruturação geral do sistema educativo. Uma vez acordados os princípios fundamentais da "ossatura" política de educação resta a sua consecução através de medidas concretas que se traduzirão numa estratégia e num planeamento transparentes para a sociedade civil, para os utentes e, sobretudo, para os

profissionais (docentes e não docentes) do sector dado que são estes últimos que viabilizam o sucesso de qualquer reforma de ensino.

Ninguém tem dúvidas que, perante o actual carácter colectivo e tutelar da educação, o Estado é chamado a intervir na condução de uma Política Educativa apropriada à nossa sociedade. O problema de fundo que se coloca é, portanto, o da organização geral do sistema educativo, de como o fazer evoluir e segundo que critérios.

Do nosso ponto de vista, três grandes tomadas de decisão podem ser adoptadas por qualquer Governo, dependendo cada opção da "cultura de educação" que informa o seu programa de desenvolvimento sócio-económico. Primeiro, o sistema educativo pode ser adaptado às "necessidades de mão-de-obra da economia portuguesa". Segundo, o sistema educativo pode fundar-se sobre o "critério da taxa de rendimento social". Terceiro, o sistema educativo pode tentar responder à "procura social".

1. Na perspectiva do "princípio da necessidade de mão-de-obra" o acento é colocado, primordialmente, na relação formação-emprego e o sistema educativo é concebido de modo a permitir responder às necessidades de mão-de-obra da economia portuguesa. A função da educação é, sobretudo, a de abastecer o mercado de trabalho e, para isso, são postas em funcionamento algumas "linhas de montagem" capazes de produzir as diversas "fileiras de homens ensinados" de que esse mercado necessita a curto-prazo.

Todavia, até mesmo no aspecto aparentemente mais pacífico da formação de mão-de-obra, deve perguntar-se se a tarefa principal da política de educação consiste apenas em

ajustar o sistema educativo às necessidades do mercado ou, também, em definir o perfil dos postos de trabalho e as condições de trabalho e de participação, de modo a adequá-los às preferências e às aspirações dos trabalhadores. Realmente, se da óptica da economia o que importa é o rendimento produzido, do lado do trabalhador existe, não só, a necessidade de uma remuneração, mas também, o direito à satisfação e à realização pessoais através do trabalho. Se de um lado, está a necessidade de um factor de produção, do outro lado, está a busca de uma fonte de rendimento do trabalho e o trabalho em si, enquanto uma das autênticas e profundas manifestações da personalidade humana.

A eterna questão continua a ser a de se saber se a educação, pelo menos, ao nível dos sectores de formação, com vista ao exercício de um ofício ou de uma profissão, deverá ser ou não estritamente condicionada pela procura do mercado de trabalho. No princípio dos anos 60 os programas de educação de muitos países da OCDE tiveram como objectivo central o crescimento acelerado deste tipo de educação. O custo dessa formação veio a tornar-se exorbitante porque o objectivo em matéria de educação estava adiantado em relação às necessidades reais do progresso económico dos países e aos meios de financiamento. Pensava-se que forçando a educação se aceleraria o progresso económico. Todavia, tal relação linear não se verificou como durante as grandes crises económicas.

A este propósito, não podemos esquecer que os anos 60 foram dominados pela ideia de "pólos de desenvolvimento", o que levou a considerar isoladamente os efeitos da criação de "ilhas" de industrialização. Este paradigma funcionalista ca-

racterizou-se pelo pressuposto de que o desenvolvimento (quer espontâneo, quer induzido) é desencadeado, numa fase inicial, apenas em alguns sectores ou áreas geográficas, e se difunde com o passar do tempo aos outros sectores e a todo o sistema espacial. Acredita-se, sobretudo, no papel das "indústrias propulsoras" e "dominantes" na dinamização do processo de desenvolvimento.

2. Na óptica da "taxa do rendimento social" retomamos a teoria do capital humano, segundo a qual a educação é um investimento ao qual podemos associar uma taxa de rendimento. Assim, a experiência e as capacidades do capital humano de um país tornam-se num factor mais importante do que o seu custo. Deste ponto de vista, o factor residual constituído pelo investimento humano, por meio do ensino, é a principal razão para o aumento da riqueza.

O conceito de capital humano revolucionou a teoria do crescimento económico a partir dos anos 60. O capital humano é considerado como o conjunto das capacidades e competências produtivas apresentadas pelo indivíduo. Este tipo de capital aumenta a produtividade do trabalho, exactamente no mesmo sentido em que o fazem outras formas de capital tais como, por exemplo, as máquinas e os equipamentos.

Na verdade, é fácil perceber que a formação de cada um de nós se reveste das mesmas características económicas de um investimento técnico. Ao estudar, cada indivíduo acumula conhecimento que depois, tal como as máquinas, tornam o trabalho mais eficaz. Isto é, na base do aumento da produtividade está sempre o homem, com os seus talentos, as suas habilitações, os seus conhecimentos e as suas capacidades para inovar e in-

ventar. São essas aptidões produtivas que os economistas nomearam como capital humano. Como o capital humano ocupa um lugar ao lado do capital técnico, deduz-se daí o corolário de que quanto mais um País invista na educação, mais oportunidades serão criadas com vista à instauração do tão desejado desenvolvimento económico.

Segundo esta perspectiva dos recursos humanos adopta-se uma atitude de economista que conduz a considerar o ensino como um simples meio de formar recursos humanos e, portanto, como um factor de produção.

Desde que se criou a "Economia dos Recursos Humanos" e a "Economia da Educação" que os educadores, os pedagogos e os profissionais da ciência da educação se esforçam, sem grande sucesso em frenar este movimento e que assistem, impotentes, a uma "economificação da educação", que se traduz no descurar da dimensão humana do ensino. A maior parte das vezes as políticas de emprego e de formação profissional deixam-se "contaminar" por lógicas quantitativistas, produtivistas, tecnologistas, homogeneizantes, racionalistas e funcionalistas, na sua concepção e prática, menosprezando outras dimensões do desenvolvimento e dos seres humanos.

A própria "economificação da investigação" tem-se traduzido numa desqualificação da investigação fundamental tão necessária aos grandes saltos qualitativos a todos os níveis e em cada momento da vida de cada sociedade!

3. Se adoptarmos o "princípio da procura social" mudamos radicalmente de visão quanto à função essencial do sistema educativo.

Segundo os dois anteriores objectivos organizadores do sistema de ensino, isto é, o "princípio das ne-

cessidades de mão-de-obra" e o "princípio da taxa do rendimento social", a política educativa faz evoluir o sistema educativo em função do mercado de trabalho. O "princípio das necessidades sociais" inverte esta lógica, na medida em que é a "procura social", manifestada espontaneamente pelos indivíduos, que vai determinar a política de ensino. Esta nova política educativa diagnostica, gere e responde aos desejos manifestados pelos indivíduos.

Esta nova orientação tem como preocupação a satisfação das necessidades culturais da população concebendo. A educação é mais um bem de consumo durável do que um investimento em capital humano. Segundo este novo prisma, a Educação deixa de ser encarada como factor determinante do desenvolvimento económico-social, passando a ser considerada como um direito fundamental do Homem, o qual se pretende que seja não apenas o motor do desenvolvimento, mas também o seu beneficiário.

A este propósito, coloca-se a questão de se saber se nos encontramos numa realidade social em que de facto existe uma procura expressa livremente pelos cidadãos. Os projectos educativos individuais são, de algum modo, influenciados pelo sistema educativo vigente.

De facto, o sistema educativo de cada sociedade é concebido de tal maneira que os indivíduos estão sujeitos à sua orientação. Cada aluno segue uma determinada via ensino porque o acesso a uma outra trajetória lhes está interdita, ou pelos *numerus fixus*, ou pela selecção organizada. Por exemplo, perante o aumento das propinas e das despesas de subsistência dos estudantes, e da introdução da barreira do *numerus clausus* na Universidade, que podem fazer os jovens cuja educação é ca-

nalizada para os estudos superiores? Um problema social que não podemos iludir é o de que muitos destes estudantes acabam por aceitar um emprego para o qual não estão qualificados apesar de uma longa história escolar...

4. Em suma, podemos dizer que se decidirmos pelo princípio da “lógica do mercado”, o papel do sistema educativo será o de formar “especialistas” adaptados ao mercado de trabalho específico. Se optarmos pelo princípio da “lógica social”, o sistema educativo deverá antes formar “generalistas” cuja adaptabilidade às rápidas transformações da sociedade será muito maior.

O próprio mercado de trabalho também tem necessidade de generalistas adaptáveis, isto é, de recursos humanos com uma certa flexibilidade na aprendizagem de novas tarefas. Esta necessidade é tanto maior quando se trata de tarefas de tecnicidade evolutiva.

Certas competências e capacidades gerais mais importantes, como a capacidade de adaptar os conhecimentos a diferentes situações e de “aprender a aprender”, são muito mais úteis na sociedade moderna. As medidas que visam conferir qualificações demasiado especializadas e circunscritas desactualizam-se nos períodos de mudanças estruturais rápidas. Importa, pois, estabelecer um novo equilíbrio entre o que, até agora, tem sido considerado como geral ou como profissional.

Nunca deveremos perder de vista a ideia de que o ensino deve, simultaneamente, adaptar-se à evolução da situação económica e social e, por outro lado, deve proteger-se das flutuações das modas do momento defendendo a sua missão fundamental do longo-prazo. Um dos maiores desafios que se coloca hoje

a qualquer Governo é o de conseguir um equilíbrio nas suas políticas educativas entre as exigências imediatas do mercado de trabalho e as funções pedagógicas primordiais da Escola.

* * *

O século XX aproxima-se do fim e com ele estão a desaparecer muitos dos símbolos sobre os quais se construiu uma “cultura de educação”. De facto, a partir de meados deste século viveram-se grandes expectativas, sob a forma de “ideologias economicistas” materializadas em projectos educativos de iniciativa de organizações internacionais tais como, por exemplo, o Banco Mundial, o FMI, a UNESCO e a OCDE.

A década de 70 foi considerada a “década da educação” em que grandes despesas em educação se dispenderam para sustentar a expansão do ensino. Todavia, esta convicção na democratização do ensino acabou por se dissolver numa floresta de problemas económicos insustentáveis do ponto de vista do erário público.

No que respeita à função geral do Estado na sociedade, se até à 1ª Guerra Mundial a sua intervenção era limitada, a crise de 1929 marcou o começo de um período caracterizado pela sua intervenção sistemática. Todavia, os anos 80 caracterizaram-se por um recuo da sua intervenção traduzida nas privatizações e no retomar das ideias liberais que acabaram por invadir os próprios domínios da educação.

Na nossa década de 90, encontramos-nos num momento crítico em que deveremos voltar a repensar a natureza das complexas relações que se estabelecem entre a Educação e a Sociedade. Um aspecto óbvio é o de que a melhoria do sistema educativo é uma prioridade essencial para qual-

quer Governo e que se trata de uma questão de Política Económica e de uma questão de Política Social.

No que respeita a uma “Política Económica da Educação” deveremos deixar de pensar que a escolha se situa entre os extremos do “laissez-faire” e de uma intervenção forte na educação. Qualquer Governo sabe muito bem que o seu papel é o de melhorar as qualificações dos recursos humanos do seu País pois é a “Futura” Política de Educação que determinará a importância das próprias nações e que assegurará a sua afirmação como Estado-Nação num mundo cada vez mais competitivo e até, talvez, mais agressivo do que racionalmente competitivo, como o demonstra a nova “cultura de guerra empresarial” fomentada implacavelmente pelos Governos dos diferentes Países.

A grande dificuldade dos responsáveis pela política da educação residirá sempre em distinguir e coordenar as opções entre uma educação com “fins puramente económicos” e uma educação com “fins puramente culturais”.

No momento actual, para uma melhor clarificação do “princípio” organizador do “Futuro” da Política de Educação em Portugal, é preciso partir de premissas diferentes das que caracterizaram a fase da “idade do ouro do ensino” de meados deste século. Vivia-se, então, num ambiente de acelerado crescimento económico, de multiplicação das possibilidades de emprego acompanhado de uma ambição utópica de se igualar as oportunidades de acesso aos estudos.

Hoje trata-se de pensar a educação numa situação real de crise financeira e ideológica do Estado-Providência, num contexto de crise económica instalada ao não dar resposta às novas (ou velhas) situações de de-

semprego, de reconversão e de reestruturação produtiva, de precarização do emprego, de redução do poder de compra, de pobreza, de degradação habitacional, de falta de apoio às crianças e aos idosos, de abandono dos deficientes à sua sorte, de agravamento da toxicod dependência, de degradação ambiental, de ausência de uma educação para a saúde, e muitos outros aspectos que alarmam a sociedade civil e que pressionam o Poder Central.

Como pensar a educação perante a falência do Estado-Providência e as injustiças agravadas do mercado? Estará a solução no aparecimento de uma Sociedade-Providência como, aliás, já se começa a verificar um pouco por todo o lado ao nível das iniciativas de Desenvolvimento Lo-

cal? Como pensar, por exemplo, a educação pré-escolar ao nível do Poder Local se a própria tutela deste nível de educação se encontra num estado de indefinição total? Qual a "visão" estratégica para o "Futuro" da Educação em Portugal?

Estou ciente de que, no momento actual, a Ministra da Educação já possui um conhecimento cabal e sistemático da totalidade do Sector da Educação do nosso País, o que lhe permitirá uma visão prospectiva quanto às suas futuras tomadas de decisão. Não obstante, ainda estamos por saber qual é o "novo homem de educação" que a Ministra da Educação reclama para a sociedade portuguesa no virar de século.

O reduzir-se quase à estaca zero o Projecto de Reforma do Ensino faz

recear que a actual equipa de educação se empenhe numa gestão meramente orçamental (ou, ainda pior, contabilística), em vez de desenvolver uma actividade mais nobre, mais complexa e mais difícil de concepção de políticas alternativas de educação.

Finalmente, deixo no ar a seguinte preocupação: apresentará a actual Ministra da Educação uma clara capacidade estratégica para projectar a "arquitectónica" da educação sem incorrer no risco de perder pelo caminho os grandes "designios" nacionais fundadores e activamente mobilizadores do "Futuro" da Política de Educação para um Portugal ao nível de uma sociedade moderna de um ponto de vista da cultura de educação? ■